

A consultoria nacional quer seu espaço no Orçamento da União

Braz Alberto Gravina (*)

Mais de 150 empresas, gerando mais de 50 mil empregos, dos quais 15 mil de nível superior, e faturando US\$ 1 bilhão em 1987 compõem o patrimônio da consultoria de engenharia brasileira, capaz de responder ágil e competentemente às mais variadas e complexas exigências de qualquer grande plano nacional de investimentos e desenvolvimento na área pública ou privada.

Essas empresas, estruturadas ao longo dos últimos trinta anos, estão ameaçadas pelos cortes previstos na proposta orçamentária encaminhada ao Congresso Nacional. Se não forem introduzidas significativas modificações naquela proposta, equipes técnicas laboriosamente montadas deverão ser desfeitas e refazê-las será dispendiosíssima tarefa de muitos anos. De fato, uma equipe de empresas de consultoria não é somente uma justaposição de técnicos qualificados. É muito mais do que isso, uma equipe treinada e ajustada, interdisciplinar, com características próprias, que atuando em conjunto ganha competência e qualidades específicas.

Os necessários cortes nos investimentos nacionais não podem ser cegamente lineares, mas devem considerar de uma forma diferenciada atividade com características diferentes e diferente significado para a Nação. Há atividades de sentido estratégico notável e que, embora mobilizem recursos de valor não muito grande, são motivadoras, definidoras e incentivadoras do efetivo desenvolvimento. Nesse quadro é dramático o papel da atividade de consultoria, uma vez que participa, com estudos, da fixação dos objetivos nacionais e otimiza a aplicação de grandes massas de recursos.

Algumas considerações permitem sugerir fortemente que não sejam feitos cortes nos valores destinados a estudos e projetos. De fato, os estudos e projetos representam 3 a 6% do valor dos investimentos de grande porte. Essas atividades que naturalmente antecedem a realização

das obras vêm sendo feitas no Brasil de maneira geral em prazos menores que os tecnicamente desejáveis, em face da conhecida falta de planejamento nacional e da necessidade de atender a grupos de pressão de variada natureza. Nos países do Primeiro Mundo, o tempo gasto em estudos e projetos que antecedem as obras é da ordem de três vezes o gasto no Brasil. É evidente que estudos realizados com mais tranquilidade permitem análises mais completas de alternativas e portanto o encontro de soluções mais adequadas e econômicas. Não há dúvida de que projetos executados em tempo economizam nos investimentos finais mais do que os 5% do custo médio desses projetos. Tempo maior decorrido entre estudos e definição de objetivos também permite que todos os setores ativos da Nação e interessados no problema se manifestem e se concretize aquele ideal democrático da ampla participação.

Assim, mantendo o desenvolvimento de estudos e projetos, podemos extrair do que seria um mal — a diminuição dos investimentos — uma vantagem que seria elaborar melhor estudos e projetos e fazer significativas economias quando da necessária retomada do processo de desenvolvimento.

Para facilitar a implementação dessa política de trato diferenciado desse setor da inteligência nacional que, ao lado das universidades e institutos de pesquisa e setores de desenvolvimento das grandes empresas industriais, constitui o repositório de know-how tecnológico nacional, é adequada a criação no orçamento nacional da rubrica "Estudos e Projetos", independente da rubrica "Obras". Este procedimento, a Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE) vem apresentando desde há dois anos, tendo-o defendido com sucesso junto à Sest, que já o aceita como adequado.

Medidas e atitudes que preservem e estimulem o fortalecimento da consultoria de engenharia nacional, setor de atividade pouco conhecido do grande público e de alguns setores responsáveis da administração pública, contribuem para que as empresas dessa área mantenham:

a) Capacidade de atender a todas as solicitações de programas nacionais sem necessidade de recorrer a apoio de empresas estrangeiras e portanto protegendo integralmente a soberania de decisão nas áreas de usinas hidrelétricas, transporte aéreo, rodoviário, ferroviário, saneamento, meio ambiente e outras.

b) Capacidade de disputar o mercado mundial em igualdade com empresas do Primeiro Mundo, definindo posição de destaque em termos de status internacional e de se constituir numa cabeça de ponte para venda de outros serviços, obras e equipamentos.

c) Capacidade de assessorar o governo na aquisição

de know-how não disponível no País, analisando os efetivos interesses de compra, evitando a compra das indesejáveis caixas pretas.

É oportuno, ainda, apontar, na linha de raciocínio de não generalização, mas análise cuidadosa de aspectos positivos e negativos da nova Constituição, que definiu o mercado como patrimônio nacional, a aplicação muito oportuna desse conceito no setor de consultoria, uma vez que é impossível as empresas estrangeiras oferecerem ao Brasil, na área de consultoria de engenharia, condições técnicas ou econômicas melhores que as oferecidas pelas empresas brasileiras, nos setores que estas já dominam. Ofertas aparentemente muito vantajosas de grupos estrangeiros trazem embutidos quase sempre compromissos inaceitáveis. Naturalmente devemos continuar importando tecnologia, mas apenas a complementar ou aquela de que não dispomos.

A consultoria de engenharia brasileira está desenvolvendo esforços para tornar-se mais eficiente e competitiva no atendimento às necessidades nacionais e para melhor disputar o mercado internacional, implementando processos de gestão empresarial pela qualidade e cuidando do controle de qualidade de seus projetos. Vem também desenvolvendo esforços para que não se estagne o setor, uma vez que é reconhecida uma atividade que o setor privado pode suprir com toda competência, eficiência e economicidade.

O Congresso Nacional, aprofundando seu conhecimento da consultoria nacional, certamente adotará como suas as posições aqui expostas.

(*) Engenheiro civil formado pela Escola Politécnica (USP), presidente da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia desde 1985. Membro eleito do conselho do Clube de Engenharia 1988/1991.

